

Exmo. Senhor
Dr. João Bezerra da Silva
Chefe do Gabinete da Senhora Ministra Adjunta e
dos Assuntos Parlamentares

requerimentos.maap@maap.gov.pt

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
967	18-08-2022	Nº: 8245/2022 50.05.02.06.	

**Assunto: Pergunta n. 475/XV/1.ª, de 18 de agosto de 2022, PCP
Necessidade urgente de intervenção na Lagoa de Albufeira (Concelho de Sesimbra),
Distrito de Setúbal**

Em resposta à Pergunta n.º 475/XV/1.ª, de 18 de agosto de 2022, formulada pela Senhora Deputada Paula Santos e pelo Senhor Deputado Bruno Dias do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro, de transmitir o seguinte:

A ligação da Lagoa de Albufeira ao mar está inserida numa zona vestibular atualmente muito assoreada, em presença de ciclos de marés menos vivas, que faz com que a renovação da água da Lagoa seja mais lenta. Tendo em conta o dinamismo natural do sistema costeiro em que se insere a Lagoa de Albufeira, a mesma tende a fechar a ligação ao mar devido ao assoreamento natural, sendo necessário proceder à abertura artificial de uma barra de maré, à semelhança do que sucede com outras lagoas existentes no nosso país. Esta abertura, realizada em articulação com a Câmara Municipal de Sesimbra, tem como objetivo garantir as condições necessárias de renovação da qualidade da água e a viabilização das atividades económicas presentes e que aí se desenvolvem (recreativas, balneares e aquicultura).

O projeto de Execução da Abertura e Desassoreamento da Lagoa de Albufeira encontra-se em fase de Avaliação de Impacte Ambiental, a qual irá permitir selecionar a opção mais adequada, tendo em vista a prossecução dos objetivos propostos: manter a Lagoa de Albufeira aberta ao mar durante o maior tempo possível, sem recurso a obras de engenharia estruturais, nem originando a artificialização da linha de costa. É também objetivo do Estudo de Impacte Ambiental identificar as zonas preferenciais a dragar, os volumes a movimentar e o destino final dos dragados, assim como estabelecer um Plano de Monitorização que permita avaliar a evolução da Lagoa e acompanhar o sucesso das intervenções que vierem a ser realizadas.

Em termos de calendarização estima-se que o procedimento esteja concluído até ao final do presente ano.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO
DO AMBIENTE E DA
AÇÃO CLIMÁTICA

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Catarina Gamboa

CG/JP